

CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

As inovações e mudanças da Nova Lei de Licitações e Contratos (14.133/21)

APRESENTAÇÃO:

A Lei de Licitações e Contratos de 2021 trouxe alterações no regime jurídico das licitações e contratações públicas. As mudanças promovidas no tocante aos agentes públicos responsáveis pela condução dos certames e processos de contratação direta foram significativas. Dentre as mais relevantes, destaca-se a criação da figura dos agentes de contratação e sua atuação nas dispensas, principalmente na dispensa por valor. Assim, impõe-se a capacitação específica dos mencionados agentes públicos de modo a lhes proporcionar segurança jurídica para o desempenho de suas atividades.

QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

Indicado para agentes públicos que atuam em qualquer das etapas do processo de contratações públicas diretas, por dispensa ou inexigibilidade, especialmente os agentes de contratações responsáveis pela elaboração dos artefatos de planejamento, como Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e Termo de Referência (TR), bem como pela pesquisa de preços, condução dos processos de dispensa, inclusive por valor, na forma eletrônica, assessoria jurídica e controle interno e demais autoridades dos setores requisitantes.

QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?

- As inovações e mudanças da Nova Lei de Licitações e Contratos (14.133/21);
- O dever constitucional de licitar e as hipóteses de afastamento da licitação;
- Fases e etapas da contratação, com destaque para a fase de planejamento - Decreto n.º 10.947/2022;
- Equipe de planejamento da contratação (composição, indicação, ciência e designação) e a importância da participação do fiscal;
- Documentos elaborados na fase de planejamento da contratação (Documento de Formalização da Demanda, Estudos Preliminares, Mapa de Riscos, Termo de Referência e Edital);
- A continuidade da aplicação da IN SEGES/MP n.º 05/2017 e seus impactos na gestão e fiscalização do contrato;
- A pesquisa de preços - IN SEGES/ME n.º 65/2021;
- A gestão de riscos como ferramenta de planejamento da contratação e da gestão do contrato administrativo;
- Agentes públicos, agentes de contratação – gestão por competências, segregação de funções, impedimentos e nepotismo;

- As hipóteses de contratação direta por inexigibilidade de licitação – exclusividade, notória especialização, setor artístico, locação de imóvel;
- As hipóteses de contratação direta por dispensa de licitação – objetos específicos, emergencial, contratação de pessoa jurídica que integra a Administração Pública, profissionais para compor comissão de avaliação, associação de pessoas com deficiência, instituição sem fins lucrativos;
- A contratação direta – dispensa pelo valor – Somatório despendido no exercício financeiro – caracterização;
- A contratação direta – dispensa pelo valor - Sistema de Dispensa Eletrônica – IN 67/2021;
- A instrução do procedimento de dispensa de licitação;
- A atuação da entidade promotora do procedimento, informações necessárias à realização do procedimento de contratação, divulgação do procedimento;
- A atuação do fornecedor interessado em participar do procedimento - cadastramento da proposta no sistema;
- A abertura do procedimento e o envio de lances;
- O julgamento após o encerramento do envio de lances;
- O procedimento de negociação;
- A habilitação do fornecedor mais bem classificado;
- Procedimento deserto ou fracassado;
- Adjudicação;
- Homologação;
- Sanções e Processo Administrativo Sancionatório na NLLC.

QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



Prof. Daniel Barral

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU). Já atuou como Secretário de Coordenação de Transportes na Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Secretaria de Governo da Presidência da República; Atuou como chefe de divisão e responsável pela consultoria e assessoramento jurídico pela Procuradoria Federal junto à Agência Espacial Brasileira.

É mestrando em Direito Público pela Universidade Nova de Lisboa; É especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); É membro licenciado da Câmara Permanente de Licitações e Contratos da Procuradoria-Geral Federal (CPLC/PGF) e da Comissão Permanente de modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União (CPMLC/CGU);

DATAS E LOCAIS - MODALIDADE PRESENCIAL:

Horário: 08h30 às 16h30

Carga Horária: 21 horas

Duração: 03 dias

Investimento: R\$ 3.590,00 (incluindo certificado de conclusão, mochila executiva, material didático, kit do aluno, coffee-break e almoço).

**Caso deseje se hospedar no hotel onde será realizado o curso, identifique-se como aluno Esafi no ato da reserva.*

▪ Turma 01 – MAIO – RECIFE, PE:

Data: 21, 22 e 23 de maio de 2024

Local: Recife, PE - [Hotel Transamerica Boa Viagem](#) | **Tel.:** (81) 3039-9000

FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado por meio de transferência bancária para as seguintes contas:

- Banco do Brasil: Ag. 0021-3 | Cc. 104154-1;
- Caixa Econômica Federal: Ag. 1564 | Cc. 908-8 (Operação 003).

Caso prefira, faça um PIX na chave: 35963479000146.

DADOS PARA EMPENHO:

Esafi - Escola de Administração e Treinamento Ltda

CNPJ: 35.963.479/0001-46

Av. Rio Branco, 1765, Salas 205 e 206 - Praia do Canto, Vitória, ES - CEP: 29055-643

MAIS INFORMAÇÕES

Telefone: (27) 3224-4461

E-mail: esafi@esafi.com.br

WhatsApp: (27) 98178-2266

Site: www.esafionline.com.br

PARA FAZER SUA INSCRIÇÃO AGORA, CLIQUE NO BOTÃO ABAIXO:

QUERO ME INSCREVER